

OS ESTUDOS DA PERCEPÇÃO **COMO A ÚLTIMA FRONTEIRA DA** **GESTÃO AMBIENTAL**

Oswaldo Bueno Amorim Filho

Durante a maior parte da história da humanidade, as relações entre a sociedade e o ambiente natural estiveram marcadas seja por um forte temor (por exemplo, o homem primitivo frente às forças incontroláveis e desconhecidas da natureza), seja, muito mais tarde, pela vontade deliberada e vigorosa de desvendar os mistérios dessa natureza, para assim poder vencê-las e dominá-las.

A segunda metade do século XX está testemunhando o desenvolvimento de um processo que não se filia a nenhuma das duas tendências referidas e conta com a adesão de camadas cada vez maiores da sociedade.

Os homens de nosso tempo sabem que se não houver uma boa gestão ambiental, não somente sua qualidade de vida estará ameaçada como, também, a própria vida humana sobre a Terra!

Porém, apesar do evidente consenso da sociedade sobre a questão, uma gestão bem sucedida do ambiente tem sido dificultada seja pelo primado de fortíssimos interesses e estratégias de caráter econômico, seja pela presunção de posições tecnocráticas, pela demagogia política e, até, por messianismos romântico-utópicos.

Uma parte considerável de planejadores e gestores ambientais tem atuado como se o ser humano pudesse ser reduzido ou à sua dimensão de “homo economicus”, ou àquela de homem puramente racional ou, ainda, àquela de “romântico e inocente”.

A complexidade do comportamento humano não é bem representada por nenhum desses reducionismos. Por isso mesmo, um certo número de pesquisadores vem trabalhando, há alguns anos, com uma outra hipótese: a de que as aspirações, decisões e ações, individuais e coletivas, que os homens desenvolvem em relação ao ambiente em que vivem podem ser avaliadas através de uma cuidadosa análise das atitudes, preferências, valores, percepções e imagens que a mente humana tem a capacidade de elaborar. Um grupo de intelectuais, que começa a crescer em todo o mundo e, também no Brasil, está convencido de que os estudos das percepções ambientais dos homens de hoje constituem a última e decisiva fronteira no processo de uma gestão mais eficiente e harmoniosa do ambiente.

O SURGIMENTO, A EXPANSÃO E AS INTENÇÕES DOS ESTUDOS DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Embora se possa dizer, a rigor, que a atividade geográfica, desde suas origens mais remotas, sempre se baseou nas percepções ambientais de seus praticantes, o que se observa, a partir do final dos anos sessenta é um verdadeiro resgate e uma nova valorização dessa maneira de explorar os lugares e paisagens da Terra.

Na verdade, muitos geógrafos (e não geógrafos) começaram a buscar nos estudos de percepção ambiental uma nova alternativa epistemológica. É que a maior parte dos trabalhos desenvolvidos na Geografia e em ciências afins, nos anos sessenta e no início dos setenta, era direcionada por duas orientações epistemológicas poderosíssimas: de uma lado, a qualificação, a racionalização e a sistematização dos neo-positivistas; de outro, o materialismo e o economismo dos neo-marxistas. Ambas as correntes, em suas manifestações extremas, conduziam a um excesso de abstração e de teorização. O contato com a realidade concreta e com as representações que dela fazer nos homens foi relegada a um plano secundário por ambas as correntes dominantes. Pelo fato de criticar essas duas correntes e de preconizar a priorização não mais apenas de um conhecimento pretensamente objetivo e/ou teórico mas, sim, das percepções, representações, atividades e valores dos homens em geral, os estudos de percepção ambiental foram incluídos em um grande movimento que recebeu, na década de 70, o nome de "Geografia Humanística". Essa "Geografia Humanística" tem raízes antigas. Porém, algumas contribuições constituem marcos fundamentais no desenvolvimento e na consolidação dessa linha de pesquisa ambiental. A partir do final do século XIX, as seguintes contribuições (que constituem, de fato, etapas na evolução dos estudos da percepção ambiental) podem ser lembrados:

- os princípios orientadores da chamada "escola francesa tradicional", com sua ênfase na importância e na necessidade de contatos prolongados (talvez, até uma vivência) do geógrafo com os lugares e paisagens que constituíam seu objeto de pesquisa;
- as reflexões de Carl O. Sauer, na Califórnia, sobretudo na década de vinte, sobre "a geografia como estudo da diferenciação de áreas" e sobre as paisagens, percebidas e vividas pelos homens, como o tema privilegiado da atividade geográfica;
- as idéias de John K. Wright (1947) sobre o fato de que, após ter explorado e mapeado quase todo o mundo, os pesquisadores deveriam voltar-se para uma última e fascinante "terra incógnita" que os desafiava: a da "imaginação geográfica", para cujo estudo, Wright propõe o nome de Geosofia
- as propostas de William Kirk (1952) sobre o papel crucial desempenhado pelos estudos das "percepções" e dos "comportamentos", no conhecimento do ambiente, inclusive lançando a idéia de uma "geografia comportamental" como base da Geografia Histórica; foi Kirk um dos primeiros a chamar a atenção para a relação existente entre as percepções ambientais e as tomadas-de-decisões locais, desafiando, assim, o predomínio do positivismo lógico;
- o quase desconhecido pensamento de Eric Dardel (1952) sobre a permanência e a importância primordial das experiências vividas e da

noção de valor na curiosidade e nas indagações sobre a terra, apesar do apelo crescente do cientificismo; também Dardel cria um termo novo para essa intuição geográfica dos homens de todos os tempos: “geographicité”;

- as propostas de David Lowenthal (1961) no sentido da valorização da experiência vivida e da imaginação na atividade e no pensamento geográfico e, como consequência, sua inclusão em uma nova epistemologia da Geografia;
- o trabalho seminal de Anne Buttimer (1971/1974) sobre a conceituação e os tipos de valores de maior significado para os homens, além de suas relações com uma geografia que não poderia mais continuar sob a orientação quase exclusiva dos paradigmas neo-positivista e neo-marxista;
- as tentativas de se trazer para o campo das técnicas cartográficas clássicas e atuais as representações e imagens que os homens dos lugares, paisagens e regiões do mundo; a essas representações geográficas do espírito humano, Gold e White dão, em 1974, o nome de mapas mentais
- por último, a mais abrangente e, talvez, a mais estimulante de todas essas contribuições: a do geógrafo Yi-Fu Tuan graças a cujas publicações, desde o início dos anos setenta novos conceitos, fundamentais para a compreensão do ambiente e para as aspirações do homem, em termos de qualidade ambiental, foram criados e difundidos. Entre eles, citam-se, por exemplo: topofilia, topofobia, geopiedade, lugares valorizados, etc...

Entre os não-geógrafos, merece ainda ser citado com um dos precursores dos estudos de percepção ambiental, Kev Lynch, um profissional ligado aos problemas dos espaços paisagens urbanas e que se voltou para as imagens da cidade (1960), abrindo caminho para uma colaboração interdisciplinar cada vez maior nas pesquisas do ambiente urbano.

As pesquisas em percepção ambiental viriam consolidar se efetivamente como uma das linhas rriestras dos estudos dos ambiente humano a partir do momento em que, durante a década de setenta, a União Geográfica Internacional criou o “Grupo de Trabalho sobre a Percepção Ambiental”, e a UNESCO inclui em seu “Programa Homem e Biosfera”, o Projeto 13: “Percepção de Qualidade Ambiental”. Enquanto o primeiro, da UGI previa a realização de uma série de estudos internacionais comparativos sobre os “riscos do ambiente” e os lugares paisagens valorizados”, o segundo - da UNESCO - preconiza o estudo da percepção ambiental como uma contribuição fundamental para uma gestão mais harmoniosa dos recursos naturais.

No Brasil, a partir também da década de setenta, alguns pesquisadores

tem um papel significativo no desenvolvimento da nova abordagem:

- pioneiramente, na UNESP de Rio Claro-SP, com uma série de atividades de pesquisa e de orientação de trabalhos de pós-graduação, sob a coordenação de Livia de Oliveira também posteriormente, de Lucy M. C. P. Machado;
- no IGC/UFMG, com trabalhos e cursos promovidos a nível de pós-graduação, primeiramente com Oswaldo Bueno Amorim Filho e Maria Elizabeth Taitson Bueno e, mais recentemente, com Márcia Maria Duarte;
- na UnB, com a arquiteta Maria Elaine Kohlsdorf;
- na UFPR, em Curitiba, com Lineu Bley;
- na UFPR, em Curitiba, com Lineu Bley;
- na UFSC, em Florianópolis, com Carlos Augusto Figueiredo Monteiro;
- na UFRJ, com o arquiteto Vicente Del Rio.

ALGUNS CONCEITOS, TEMAS E TÉCNICAS FUNDAMENTAIS DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL

O desenvolvimento das reflexões e das pesquisas sobre a percepção ambiental, nas duas últimas décadas, teve como uma de suas conseqüências a retomada de termos tradicionais da atividade geográfica e, sobretudo, a inclusão na própria Geografia, e em outras ciências ambientais, de uma série de

novos conceitos. Sem perder de vista que tais conceitos já alcançam um número bem elevado, os dez seguintes foram selecionados tendo-se em vista a frequência e a regularidade com que vêm sendo empregados nos trabalhos sobre a percepção ambiental:

- atitude: um estado de espírito do indivíduo, orientado para um ou mais valores;
- cognição: processo psicológico por meio do qual o homem obtém, armazena e utiliza a informação (Gold, 1984);
- imagem: representação mental que pode formar-se mesmo quando o objeto, pessoa, lugar ou área a que se refere não faz parte da informação sensorial atual;
- paisagem: expressão observável pelos sentidos na superfície da Terra e resultante da combinação entre a natureza, as técnicas e a cultura dos homens (Pitte, 1986);
- percepção: função psicológica que capacita o indivíduo a converter os estímulos sensoriais em experiência, organizada e coerente (Gold, 1984);
- representação: processo que permite a evocação de objetos, paisagens e pessoas, independentemente da percepção atual deles;
- valor: qualidade que o homem atribui, conscientemente ou não, a um tipo de relação, a uma representação, ou a um objeto (Bailly, 1987);
- topocídio: a aniquilação deliberada de lugares (Porteous, 1988);

- topofilia: laços afetivos que o ser humano desenvolve com seu ambiente, em especial com lugares específicos; de acordo com Yi-Fu Tuan, que forjou a expressão, ela se refere a ligação de sentimento e lugar (Billinge, 1981);
- topofobia: alguma forma de aversão a paisagens e lugares

Embora os estudos de percepção ambiental tenham alcançado notoriedade apenas nos últimos anos, o número de temas que vêm cobrindo já é bastante considerável. E aqueles de maior frequência (e sem preocupação de hierarquizá-los), podem ser identificados os dez seguintes:

- qualidade ambiental;
- paisagens valorizadas;
- riscos ambientais;
- representações do mundo;
- imagens de lugares distantes;
- história das paisagens;
- relações entre as artes, as paisagens e os lugares;
- espaços pessoais;
- construção de mapas mentais;
- percepção ambiental e planejamento.

Para abordar esses temas, os pesquisadores têm utilizado técnicas ainda pouco sofisticadas e que se encontram, muitos casos, na interseção de metodologias da Geografia e Psicologia. Entre as mais empregadas, até hoje, no Brasil mundo, citam-se:

- entrevistas, questionários e enquetes de opiniões;
- fotografias, desenhos, mapas e obras de arte, como estímulos para a explicação, por parte do sujeito da pesquisa, imagens de lugares e paisagens;
- “mapas mentais” elaborados pelas populações pesquisadas (principalmente os “sketch-maps”) e incluídos no grupo das chamadas técnicas projetivas;
- registros estruturados (cartográficos, gráficos e verbais das impressões que um indivíduo, duas, ou mais pessoas têm de lugares e paisagens, durante viagens e caminhada)

Quanto à representação cartográfica final das informa e conclusões resultantes de pesquisas em percepção ambiental (e realizada pelo pesquisador ao elaborar seu relatório ou texto), podem usar os mesmos princípios orientadores da cartografia “tout-court”, sobretudo as novas contribuições da Semiologia Gráfica.